



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Sessão de Comunicação “Ações Afirmativas e Inclusão no Trabalho”

INCLUSÃO SOCIAL: COMO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VIVENCIA ESTE PROCESSO NA FAMÍLIA E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Flávia Soares

Assistente Social da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubá

Rua Dona Mariana, 30 Centro – Ubá/MG

Telefone: (032) 3532-3382

E-mail: flaviasoares@uaimail.com.br

Para que possamos entender o “novo” paradigma de Inclusão Social da pessoa com deficiência na família e no trabalho, faz-se necessário resgatar os determinantes históricos que interferem e interferiram neste processo, bem como localizar as diversas fases de entendimentos sobre esta problemática.

Neste sentido, o presente artigo faz um apanhado do referencial teórico acerca do tema, na perspectiva de colaborar para a compreensão desta nobre causa que engrandece nossa sociedade.

As instituições especializadas constituem o maior espaço de inserção dos portadores de deficiência na sociedade, através da incessante busca por sua profissionalização e escolarização. Enfatizam constantemente a necessidade de exercerem uma atividade produtiva que os aproxime o mais possível do restante da sociedade.

De acordo com Telford (1978) a dificuldade em lidar com as pessoas com deficiência não é um fato novo. Desde os tempos mais antigos, a questão da deficiência vem passando por vários estigmas, como: incapacitados, merecedores de piedade e dó, sempre apoiados em uma visão assistencialista que dificultava sua inserção em uma sociedade.

Posteriormente, na idade Média, eram considerados como monstros e até chegavam a ser sacrificados por sua condição de deficiente. Os primeiros estudos sobre os deficientes e sua adaptação ao meio social ocorreram no período iluminista, e com o decorrer do tempo essa atitude vem recebendo algumas adaptações, mas ainda observamos na sociedade certo estigma em relação à pessoa deficiente.

Segundo Sasaki (1997),

havia aquele olhar: vamos fazer as coisas pelo deficiente, porque ele é incapaz e inferior, então vamos dar uma mãozinha, vamos fazer-lhe um favor, para ajudar, para ele fazer parte da sociedade (modelo médico) e hoje é preciso eliminar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, a fim de que as pessoas com deficiência possam ter acesso a serviços e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (modelo social). (p.12).

Neste sentido, a sociedade precisa adequar-se às necessidades de seus membros.

Após este modelo social, surge o paradigma da inclusão social.

A inclusão social pode ser definida como: “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sintomas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumirem seus papéis na sociedade.” (SASSAKI, 1997, p. 41).

Ainda segundo Sasaki (1997), a inclusão social “é um movimento simultâneo, duplo, de reciprocidade, de aliados, de parcerias e não mais de favor, de caridade, mas uma questão de direitos, uma questão até de justiça social, para que todos possam fazer uma sociedade modificada.” (p. 50).

Sobre inclusão social muitos estudos têm nos mostrado que o início desse processo deve começar no âmbito familiar, pois a família será fundamental na realização do pleno desenvolvimento e implantação desse processo.

Glat (2002) explica que

o nascimento de um filho especial, com características distintivas do padrão culturalmente reconhecido como ‘normal’ é bem significativo para o grupo familiar, pois tanto a família e o indivíduo especial precisarão a cada dia enfrentar seus medos, suas frustrações e suas limitações, além de uma série de situações geralmente acompanhadas de sentimentos e emoções dolorosas de caráter afetivo, temporal ou econômico. Estas famílias acabam sendo engendradas na falta de oportunidades, nas atividades preconceituosas e nos rótulos aos quais tanto os indivíduos quanto os demais membros estão sujeitos nas suas relações extrafamiliares. (p.09).

Segundo esta autora, a família do deficiente muitas vezes nega ou rejeita o filho. Negar a deficiência, segundo ela, é não perceber as possibilidades, as habilidades e os limites do sujeito, prejudicando, assim, seu sucesso emocional, social e profissional.

Para Telford (1978), “quando uma cultura atribui elevado valor a um determinado estado ideal, há uma grande soma de reforço ao comportamento que esconde, minimiza ou nega a existência de desvio real.”

A negação condena o sujeito a carregar consigo os rótulos que os impedem de prosseguir e avançar na construção de seus ideais, sentindo-se muitas vezes inadequado segundo a avaliação dos outros. Essa negação também ocorre em outros segmentos sociais como em instituições a que se vinculará, escolas, instituições especializadas, no trabalho, entre outras (LANDI, 1996).

No estudo realizado por Tomazini (1996) na área do trabalho e da família,

o portador de deficiência precisa na grande maioria das vezes, romper mitos: um mito social que o vê como alguém improdutivo e um mito familiar que o vê como um eterno bebê, dependente, necessitando sempre de cuidados especiais e estando sem condições de desenvolver um trabalho que represente realização ou satisfação do desejo. (p:10).

Em Castro (2001), Hegel nos diz *que “é pelo trabalho que se descobre o homem e que o homem se descobre”*.(p:33). Para Sigmund Freud, *“o homem só se realiza pelo amor ou pelo trabalho, não num processo de substituição, mas de complementação”*. A questão do trabalho na área da deficiência é ampla, complexa e polêmica, tanto no nível social quanto nos níveis institucional, familiar e pessoal.

O Brasil vem acumulando experiências em educação profissional de pessoas com deficiências e sua colocação no mercado do trabalho já há muitas décadas. Essa prática de qualificação e colocação era exercida nos idos de 1950, 60 e 70, exclusivamente por intermédio do processo de reabilitação profissional. Os centros de reabilitação médica ou profissional, tanto públicos como particulares, realizavam essa prática com enormes dificuldades diante de uma sociedade e de um mercado de trabalho pouco ou nada familiarizado com a questão das deficiências físicas, mentais e sensoriais.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubá - APAE – não se distancia desta percepção. É uma instituição filantrópica, de caráter privado, sem fins lucrativos, com 31 anos de existência. A APAE/UBÁ atende cerca de 500 pessoas com deficiência mental, física, auditiva, visual e múltipla. Conta com uma sede urbana para atendimentos

de pessoas com deficiência, de 0 a 14 anos, no Centro de Estimulação Precoce e no Centro Educacional Menino Jesus; e uma sede rural - APAE/Rural - com 85 hectares a 7 km da sede urbana para aprendizes com mais de 15 anos, onde funciona o Centro Profissionalizante Boa Esperança.

O trabalho desenvolvido pela APAE de Ubá cumpre a missão de preparar seus alunos para a vida em família e em sociedade. Busca através da convivência com as pessoas com deficiência, suas famílias e sociedade, construir espaços de desenvolvimento e de convivência que são fatores fundamentais na percepção de que devemos avançar, a cada dia, para a conquista de direitos.

Entre as demandas dessas pessoas pelo reconhecimento de sua cidadania, inclui-se a conquista do mercado de trabalho. No centro profissionalizante da APAE/UBÁ, dos 129 alunos matriculados, 65 aprendizes já estão se preparando para o trabalho, 20 se qualificando profissionalmente e 03 já colocados no mercado de trabalho como estagiários, cumprindo a Lei 8.859 de 1994, que estende aos alunos do ensino especial o direito a participação em atividades de estágios, e a Instrução Normativa nº 05 de 1991, que define que o trabalho da pessoa portadora de necessidades especiais não caracteriza relação de emprego quando realizado sob assistência e orientação de entidade sem fins lucrativos; além desses, mais 04 como funcionários de empresas.

No entanto, muitos desses indivíduos encontram-se ainda à margem da sociedade, sendo mínima sua inserção por meio do trabalho. A luta dessas pessoas pela conquista de sua cidadania é um desafio ainda a se cumprir tanto dentro de sua família como da sociedade em que estão inseridas.

“O processo de Inclusão Social sugere uma adaptação da sociedade às necessidades desse grupo. Parte do paradigma do qual a deficiência não é responsabilidade exclusiva de seu portador, cabendo à sociedade e à família modificarem-se para propiciar uma inserção total de quaisquer indivíduos, independentes de seus déficits ou necessidades.” (SASSAKI, 1997).

Observa-se, portanto, que apesar dos avanços e conquistas de nossa sociedade em relação ao processo de inclusão, ainda vivemos numa sociedade desigual, discriminatória e preconceituosa, em decorrência do nível econômico das opções políticas, religiosas, sexuais, da cor, raça, gênero, entre outras. A sociedade, ainda hoje, divide a humanidade

entre “normais” e “deficientes”, gerando preocupação para as instituições e segmentos que trabalham e lutam em prol do deficiente.

Portanto, partindo-se do princípio de que o direito ao trabalho, garantido a todo homem pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, também seja extensivo à pessoa com deficiência, a Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 - prevê como obrigatoriedade a “habilitação e reabilitação das pessoas deficientes e promoção de sua integração na vida comunitária”, e que seus sentimentos e expectativas em relação a este processo são elementos fundamentais para se viver plenamente o processo de inclusão social na família e no trabalho. Este estudo é de fundamental importância, visto que esses “trabalhadores especiais” são membros, muitas vezes, de uma família e de uma sociedade que os discriminam e marginalizam.

Os estudos mostram que as alternativas educacionais que contribuíram para a qualificação profissional de pessoas com deficiência sempre foram realizadas em escolas especiais e em centros de reabilitação. As possibilidades de qualificação profissional viam-se restritas a algumas atividades profissionalizantes nos centros de reabilitação, nas oficinas pedagógicas das escolas especiais e nas pouquíssimas oficinas protegidas de trabalho, existentes em um reduzido número de cidades brasileiras.

Essas alternativas educacionais, nas décadas de 80 e 90, e essas possibilidades profissionalizantes sofreram alterações. Além das instituições já referidas, um grande e crescente número de outros recursos passou também a oferecer seus serviços educacionais, profissionalizantes e de intermediação da mão-de-obra no mercado de trabalho, tais como as instituições particulares de reabilitação e de educação especial, as associações de pessoas com deficiência, os centros de vida independente e os programas governamentais de encaminhamento profissional (MAZZOTTA, 1996).

Segundo a OIT - Organização Internacional do Trabalho - , devemos buscar uma alternativa de trabalho rentável ao portador de deficiência que valorize seu potencial laborativo e não ficarmos presos à questão de suas limitações.

Todos os estudos, como relatados acima, enfatizam a necessidade da inclusão da pessoa com deficiência na família e no trabalho, mostram como a família a vê, como essa pessoa deve se comportar, criam alternativas de como promover o ingresso e a participação das pessoas deficientes no emprego indicando como a sociedade precisa modificar-se para

recebê-las. Mas, estudos de como o indivíduo com deficiência vivencia esse processo de inclusão, como ocorre às relações família/indivíduo deficiente com o mercado de trabalho, analisando como ele se sente, quais suas expectativas, realizações e angústias, que não foram abordadas em estudos, o que enfatiza estas questões:

Como garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho que já é em si excludente e altamente seletivo, principalmente considerando o desemprego estrutural em que vivemos? O patronato estará devidamente sensibilizado e preparado para observar e investir nesta mão-de-obra especial e que talvez, em princípio, exija mais recursos em treinamentos/capacitação? As leis brasileiras estarão sendo cumpridas? Estarão dando garantias efetivas a esta parcela de trabalhadores? As instituições formadoras estarão preparando seus educadores para enfrentarem as adversidades de um mercado de trabalho tão seletivo e competitivo? Estarão sendo formados cidadãos que realmente se sintam sujeitos de seus próprios processos de inclusão? As famílias estarão engajadas neste movimento que resultará em ganhos afetivos, laborais e financeiros? São sabedoras de seu papel como interlocutoras desta causa que contribuirá para a construção de uma sociedade menos desigual e mais sadia?

Questões como estas são propostas para discutir junto aos diversos sujeitos deste processo.

Esta pesquisa será desenvolvida na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Ubá, onde serão entrevistados os alunos inseridos no mercado de trabalho, seus familiares, os empregadores e a própria instituição APAE. Esta pesquisa é objeto de preocupação da dissertação de mestrado junto ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, que tem como tema o título deste artigo: “Inclusão Social: Como a pessoa com deficiência vivencia este processo na família e nas relações de trabalho”.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. *A Inclusão Social da Criança com deficiência: criança especial*. São Paulo: Editora Roca.

BORGES, M. R. A. *Trabalho: orientação para o trabalho e alternativas de programas de preparação para o trabalho*. São Paulo, 1997. Apostila.

BRASIL. Lei 8.859, de 23-03-94, modifica dispositivos da Lei 6.494, de 07-12-77, *estendendo aos alunos do ensino especial o direito a participação em atividades de estágio*.

BRASIL. Instrução Normativa n ° 05, de 30-08-94, *dispõe sobre a fiscalização do trabalho de pessoas portadoras de deficiência*.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1998.

CASTRO, Francisca Edilania Xavier. *Uma Educação Profissional para a Inclusão*. Palestra ministrada no XX Congresso Nacional das APAEs [Tema: As APAEs e Novo Milênio; Passaporte para cidadania] realizado em Fortaleza 10 a 13 de julho de 2001 – ANAIS.

GLAT, Rosana. Questões Atuais em Educação Especial. In Anais do 8º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais.

LANDI, Maria de Louder F; FONTES, Rejane de Souza. *Estigma: uma prisão sem grades*. In: Revista Saúde, Sexo e Educação, ano IV, n° 8, outubro, novembro, dezembro, p. 26 – 29, 1996.

MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. *Educação Especial no Brasil: historia e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Inclusão e Integração ou Chaves da Vida Humana*. IN: Congresso Ibero-americano de Educação Especial, Diversidade em Educação: Desafios para o Novo Milênio, 3. , 1988, Foz do Iguaçu.

ONU. Procedimentos – *Padrões das Nações Unidas para Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência*. Resolução 45/91, de 1990.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência: um guia para as organizações de trabalhadores*. Brasília: CORDE, 1994.

SANTOS, W.C.S. Da deficiência mental: *(Des) Caminhos para uma Participação Social Efetiva*. Projeto de Pesquisa na Área da Psicologia do Excepcional. UNESP, São Paulo, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. *Compilação de doze definições sobre programas e serviços de profissionalização*. São Paulo, 1997. Apostila.

_____. *Curso sobre procedimentos de colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. Curitiba, 1998. 12 p. Apostila.

TELFORD, Charles W. *O indivíduo excepcional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TOMAZINI, M. E. A., *Trabalho e Deficiência: uma questão a ser repensada*. Palestra ministrada no II Seminário Paranaense de Educação Especial. [Tema: Educação, trabalho e cidadania], realizado em Curitiba, em 5 – 8 de novembro de 1996. Apostila.

WATZLAWICK, P. WEAKLAND, H. FISH, R. *Cambio: Formación y solución de los problemas humanos*. Editorial Herder. Barcelona, 1976.